
Mulheres no Jornalismo: Avanço ou continuidade das desigualdades de gênero na profissão?¹

Mayra Rodrigues da ROCHA²
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

RESUMO

A evolução da empregabilidade feminina no mercado formal é acompanhada por obstáculos como desigualdades de rendimento por hora trabalhada, taxas de desistência e desemprego feminino, concentração em segmentos informais e precarizados. No jornalismo não é diferente, constituir-se como a maioria da categoria de trabalhadores não assegura às mulheres condições de trabalho sequer semelhante à dos homens. Diante disso é importante refletir se a grande entrada de mulheres no jornalismo seria de fato um avanço ou a continuidade da desigualdade sobre o trabalho das mulheres. O presente trabalho visa inicialmente discutir os fatores que resultaram na entrada das mulheres no mundo do trabalho e conseqüentemente no jornalismo e por meio de uma investigação acadêmica explicar os fatores quantitativos e qualitativos deste processo e discutir se houve um processo de feminização ou feminilização do jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo, Feminização, Desigualdade de Gênero, Divisão Sexual do Trabalho

1. Introdução

Em meio à expansão do capitalismo pelo mundo, os processos de reestruturação produtiva e as transformações tecnológicas, observa-se uma evolução da empregabilidade feminina e até algumas lacunas nas tradicionais barreiras à entrada das mulheres no mundo trabalho assim como um maior acesso a certas funções e ocupações historicamente exercidas por homens. Entretanto, essa evolução da empregabilidade das mulheres tem convivido com obstáculos, que têm se reproduzido e inclusive aumentado, tais como desigualdades de rendimento por hora trabalhada, taxas de desistência e desemprego feminino, concentração em segmentos informais e precarizados.

No jornalismo não é diferente. A Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro realizada em 2012 pelo Grupo de Transformações do Mundo do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (TMT-UFSC) trouxe a público dados sobre carga diária de trabalho, faixa salarial, locais e formas de atuação, distribuição demográfica, atuação política e valores

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

² Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Comunicação Social- Jornalismo da Uesb, e-mail: mayra_rocha013@hotmail.com

profissionais, dos jornalistas. De acordo com o que foi apurado, apesar de serem maioria as profissionais mulheres recebem menos do que os homens em todas as faixas etárias e de ocupação e esses dados se agravam quando comparados por raça e carga horária de trabalho. Além disso são minorias nos cargos de liderança, e tem maior dificuldade de ascensão profissional. Constituir-se como a maioria da categoria de trabalhadores não assegura às mulheres condições de trabalho sequer semelhante à dos homens. Sendo assim, questionamentos sobre o significado do processo de feminização do jornalismo e, se ele seria de fato um avanço ou a continuidade da desigualdade sobre o trabalho das mulheres surgiram.

Para compreender esse cenário e os fatores que culminam na reprodução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho jornalístico, optou-se por fazer esta pesquisa que tem por objetivo discutir o processo da entrada de mulheres no jornalismo e se podemos falar de um processo de feminização da profissão. As seções seguintes deste artigo serão dedicadas a esse objetivo, e tem como base os resultados de investigações acadêmicas precedentes juntamente com pesquisas realizadas por sindicatos e associações. Em particular, busca-se explicar, por meio da compilação dos dados coletados pertinentes ao propósito, sobre a entrada da mulher no mundo do trabalho e as especificidades do uso da força de trabalho feminina. Em seguida, é abordada a inserção da mulher no jornalismo e discute-se se houve um processo de feminização ou feminilização da profissão.

2. A mulher no mundo do trabalho

Cecília Toledo (2017) situa a entrada da mulher no mundo do trabalho durante a passagem da manufatura para a grande indústria, período historicamente chamando de “Revolução Industrial” que ocorreu na Inglaterra entre 1770 e 1830. Esse período ficou marcado pela introdução da maquinaria no processo de produção de mercadorias e pela concentração de uma grande quantidade de trabalhadores em fábricas. A máquina foi apresentada como o diferencial da indústria moderna por potencializar a forma de produção e por permitir o emprego de trabalhadoras e trabalhadores sem força física ou com o desenvolvimento físico ainda em processo. Mais do que isso, para manter-se funcionando em modo contínuo, a indústria necessitava de um maior número de braços, pois, quanto mais máquinas em atividade maior a lucratividade. O capitalismo convocou então o exército de reserva composto pelas mulheres e crianças.

Dois fatores, portanto, ajudaram a transformar a mulher em proletária: 1) a máquina, ao dispersar força muscular; 2) a desqualificação do trabalhador, já que a mulher é considerada mão de obra desqualificada por origem, reduzindo as tarefas a um mesmo nível. Dessa forma, o

capitalismo usou a divisão sexual, a desigualdade de gêneros, para estimular a competição entre trabalhadores e baixar o nível de salários. A mulher é sinônimo de trabalho barato. Como lembra Marx, embora teoricamente, o valor da força de trabalho seja, em média o mesmo para todos os trabalhadores, na prática, a força de trabalho pode ter diferentes valores de troca. Isso se deve a diversas causas. Entre elas, o maior treinamento, idade e o sexo. (TOLEDO, 2017, p.54)

A mulher é considerada uma trabalhadora sem qualificação devido à imposição cultural historicamente construída que destina o trabalho feminino a reprodução, na esfera privada, cuidando das tarefas domésticas e dos filhos. Trabalho este que, apesar de necessário para o pleno desenvolvimento do capital, não é considerado trabalho produtivo. Apesar de sua inserção no trabalho social, a mulher não foi libertada do trabalho doméstico. Pelo contrário, o capital arrancou a mulher do seio da família e a impôs uma jornada dupla. Mas a exploração da força de trabalho feminina não foi imposta a todas as mulheres, ela foi organizada pela distinção de classe. Assim, conforme Toledo (2017), o dom maternal era imposto às mulheres de todas as classes sociais, porém as que tinham condições materiais e espirituais de serem mães eram as mulheres burguesas.

Trabalhando turnos seguidos, as mulheres operárias, apesar de continuarem responsáveis pelo trabalho doméstico, tiveram de abandonar o lar a sua própria sorte. Os problemas sociais se agravaram, entre eles, o índice de mortalidade infantil e materna. Sem tempo para amamentar os filhos, já que muitas operárias eram chamadas ao trabalho dez a 15 dias depois do parto, as mães faziam o que podiam para manter seus filhos quietos enquanto trabalhavam. (TOLEDO, 2017, p.52)

Com a globalização do capitalismo, os modos de produção reforçaram ainda mais a desigualdade entre homens e mulheres. Assim como ocorreu com a introdução da maquinaria no mundo do trabalho durante a “Revolução Industrial”, a chegada das novas tecnologias como a informática, facilitou o trabalho da mulher e sua absorção como mão obra, mas não resolveu os problemas relacionados ao gênero.

Poderíamos dizer que as desigualdades de gênero são envenenadas pelo capitalismo, alimentadas e aprofundadas a cada dia, de inúmeras formas, para que continuem a servir ao modo de produção dominante. A situação social das mulheres se caracteriza pela desigualdade e, no fundo de qualquer um dos aspectos em que se manifesta essa desigualdade, está o trabalho, porque sua situação está relacionada diretamente com a forma como a mulher trabalhadora concilia sua condição de reprodutora do capital e de força de trabalho. (TOLEDO, 2017, p.55-56)

Conforme argumenta Toledo (2017), o neoliberalismo, a globalização da economia e a reestruturação produtiva acentuaram a precarização do trabalho e com isso tornaram a dupla condição da mulher ainda mais dura. Conheceremos agora os aspectos dessa dupla condição.

2.1. Trabalho feminino masculino

A situação da mulher no mundo do trabalho, assim como das outras minorias sociais, não se trata de uma opressão meramente cultural, mas de um problema de classe³, cujas raízes estão no modo de produção capitalista. Compreenderemos melhor como se desenvolvem essas articulações a partir de uma reflexão sobre a divisão sócio-sexual do trabalho.

De acordo com Daniele Kergoat e Helena Hirata (2007), o conceito de divisão sexual do trabalho foi utilizado primeiro pelos etnólogos como uma formulação analítica que servia para designar uma repartição “complementar” das tarefas entre os homens e as mulheres. Mais tarde, as antropólogas feministas demonstraram que esse conceito traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. Assim, a divisão sexual do trabalho teria dois princípios organizadores, o de separação e o de hierarquização. O primeiro, diz respeito a existência de alguns trabalhos destinados aos homens e outros destinados às mulheres. O segundo, é referente a premissa de que o trabalho do homem é mais valoroso do que o da mulher. De acordo com as autoras, esses princípios são legitimados a partir da ideologia naturalista, que rebaixa o gênero ao sexo biológico, e se utiliza de um suposto destino natural das espécies para reduzir as práticas sociais a papéis sociais.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...). (KERGOAT; HIRATA, 2007, P.599)

Assim sendo, a divisão sócio-sexual do trabalho expressa uma separação e hierarquização de gênero que desvaloriza a força de trabalho feminina e desqualifica o seu trabalho assalariado. Como consequência há uma acentuada precarização das mulheres na esfera produtiva e o não reconhecimento do seu trabalho na esfera reprodutiva. Conforme colocado por Nogueira, a família patriarcal é importante para a dinâmica capitalista porque a

³ O conceito de classe adotado neste trabalho é entendido a categoria como um fenômeno histórico construído por homens e mulheres na contradição da sociedade capitalista na qual as classes se definem a partir da relação de propriedade com os diversos meios de produção.

tarefa doméstica tem um papel relevante na redução dos custos de reprodução da força de trabalho, mantendo o seu próprio valor em patamares mais baixos.

Os afazeres domésticos, ou seja, o “cuidar” da família é uma atividade reprodutiva fundamental. Nos termos de Marx, o trabalho doméstico não objetiva a criação de mercadorias, mas a criação de bens úteis indispensáveis para a sobrevivência da família. E essa é uma das diferenças essenciais entre o trabalho assalariado e trabalho doméstico, pois enquanto um está vinculado ao espaço produtivo, ou seja, criando mercadorias e conseqüentemente gerando valores de troca, o outro está relacionado à produção de bens úteis necessários para a reprodução dos próprios componentes da família, permitindo, em grande medida, que o capital também se aproprie, mesmo que indiretamente, da esfera da reprodução. (NOGUEIRA, 2010, p.61)

A forma como se reproduz as relações sociais dentro do sistema capitalista é que mantém a divisão sócio-sexual do trabalho. Características como qualificação, responsabilidade e controle, historicamente negadas as mulheres não são restritas a gêneros e tão pouco a classes sociais (Nogueira 2010) mas são reforçadas pela existência de dominação e subordinação de gênero e persistem até hoje.

2.2.A divisão sexual do trabalho hoje

É possível observar algumas lacunas nas tradicionais barreiras à inserção da mulher no mundo do trabalho e uma evolução da empregabilidade feminina, que passa a ocupar certas funções e ocupações até então unicamente masculinas. Entretanto, outros obstáculos têm se reproduzido e inclusive aumentado. Kergoat (2000) argumenta que a precarização e flexibilização do emprego reforçam as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo. Esse é processo que ela chama de “nomadismos sexuais”. Para as mulheres, o “nomadismo de tempo” se relaciona a uma reorganização do tempo de trabalho, e para os homens, so “nomadismo no espaço” diz respeito ao aumento de deslocamentos profissionais.

Trata-se antes de tudo da aparição e do desenvolvimento, com a precarização e a flexibilização do emprego, de “nomadismos sexuais” (Kergoat, 1998): nomadismo no tempo, para as mulheres (é a explosão do trabalho em tempo parcial, geralmente associado a períodos de trabalho dispersos no dia e na semana); nomadismo no espaço, para homens (provisório, canteiros do BTP* e do setor nuclear para os operários, banalização e aumento dos deslocamentos profissionais na Europa e em todo o mundo para executivos). Constata-se que a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo. (KERGOAT, 2000, p.600)

O fenômeno que a autora chama de “nomadismo sexuados de tempo” deve se agravar no Brasil nos próximos anos com a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017. Nessa lei, o contrato de trabalho intermitente surge como uma nova modalidade de contratação que dá legalidade a contratos de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses. Uma vez que o trabalho feminino, muitas vezes, ainda é visto como complementar ao do homem para a manutenção da família, possivelmente as mulheres serão as mais afetadas por essa lei já que tendem a ocuparem atividades de maior rotatividade, baixa qualificação e, conseqüentemente, baixa remuneração.

Outra condição da mulher moderna classificada por Kergoat dentro dos princípios de hierarquia da divisão sexual do trabalho, é a externalização do trabalho doméstico, uma vez que há uma ascensão da participação feminina na esfera produtiva de uma proporção não desprezível de mulheres e o cuidado do lar continua sendo preciso ser feito por alguém. A mulher moderna, principalmente nos países de capitalismo mais desenvolvido, investe cada vez mais na carreira e assumem uma carga de trabalho cada vez maior. E como o trabalho doméstico, na maior parte das vezes, não é levado em conta nas sociedades mercantis, essas mulheres externalizam a responsabilidade deste trabalho para poderem realizar seu trabalho profissional. E para isso, recorrem à reserva de mulheres em situação precária. A responsabilização das mulheres em realizar as atividades da esfera reprodutiva ao mesmo tempo em que também desempenha um trabalho assalariado é caracterizado como dupla jornada de trabalho. E mesmo que o cuidado do lar seja externalizado, isso é feito de maneira acrítica sobre a necessidade do trabalho doméstico ou do papel destinado às mulheres, e o gerenciamento desse cuidado, geralmente, continua a cargo da mulher da casa.

[...]a externalização do trabalho doméstico tem uma função de apaziguamento das tensões nos casais burgueses dos países do Norte (e em inúmeros países urbanos do Sul, mas, nesse caso, trata-se de movimentos migratórios internos no país em questão) e permite igualmente maior flexibilidade das mulheres em relação à demanda de envolvimento das empresas. [...] Mas essa pacificação das relações sociais nos casais e nas empresas não ajuda a avançar nem um pouco na luta pela igualdade. Ao contrário, ela tem sobretudo uma função regressiva a esse respeito, pois funciona no nível do mascaramento e da negação. (KERGOAT, 2000, p.602)

O que Kergoat não dá conta de apontar é que essa relação de desigualdade entre os sexos se trata de construções sociais que fazem das mulheres um exército de reserva que serve a conformação e manutenção capitalista.

Isso ocorre porque o capital necessita constantemente diminuir o gasto com a reprodução da força de trabalho, o que acaba acarretando a diminuição dos valores dos salários de toda a classe trabalhadora. E, em particular, esse processo é ainda mais acentuado na força de trabalho feminina, que de certa forma já se encontra depreciada pelas relações de poder existentes entre os sexos, principalmente no seio da família patriarcal. Nesse processo, a mulher se transforma em uma espécie de “exército de reserva” de força de trabalho sub-remunerada, permitindo que o modo de produção capitalista tenha “argumentos” suficientes para continuar, em grande medida, seu processo de precarização do proletariado em geral, e da mulher trabalhadora em particular. (NOGUEIRA, 2010, p.61)

Assim sendo, a luta por uma divisão sexual do trabalho mais justa não pode ser apenas um debate de gênero que pautae a equidade, mas deve também apontar as contradições presente em todas as esferas da vida que permeiam uma relação de exploração e dominação, se constituindo também na luta contra capitalismo.

3. O processo de feminização do jornalismo

A inserção da mulher no jornalismo está atrelada ao contexto internacional de ascensão da participação feminina na chamada população economicamente ativa que ganhou força em consequência de transformações econômicas, sociais e políticas que acompanharam o avanço do capitalismo e que já apontamos neste trabalho. Os estudos de Paula Melani Rocha (2007) e Paula Melani Rocha e Jorge Pedro Souza (2011) apontam que a “Revolução Industrial” e as guerras mundiais teriam contribuído para a incorporação feminina no mercado profissional de jornalismo. Entretanto essas não seriam os únicos fatores, a criação dos cursos Comunicação Social com habilitação em Jornalismo deu um impulso para a entrada das mulheres no jornalismo, que deixou de ser uma atividade predominantemente masculina no século XXI.

A carreira de jornalismo registrou um aumento na feminização após o seu processo de profissionalização iniciado no século passado, mais especificamente, a partir do final da década de 30, com a criação das associações e sindicatos, passando pelo surgimento dos cursos de credenciamento, exigência do diploma para o exercício da profissão, divisão por editorias nas redações até as inovações tecnológicas. (ROCHA, 2007, p.120)

Antes das mulheres ingressarem na carreira e se tornarem maioria, o jornalismo passou por um longo processo para se legitimar enquanto profissão. A história da profissionalização do jornalismo teria começado ainda no século XIX (ROCHA; SOUZA, 2011) quando a industrialização capitalista fez aumentar a competitividade no campo do

trabalho levando a criação de associações, credenciamentos, licença, registro das profissões, e criação dos cursos superiores, a fim de buscar alguma segurança dentro da economia.

A partir de 1930 intensificou-se o processo de profissionalização do jornalismo brasileiro com a criação das associações e sindicatos, passando pelo surgimento dos cursos de credenciamento (década de 40), exigência do diploma para o exercício da profissão (fim da década de 60), divisão por editorias nas redações (década de 70) inovações tecnológicas (década de 80). (ROCHA; SOUZA, 2011, p.8)

A formação do jornalista começou a se tornar tema dos debates em 1918, quando a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) tentou criar durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas a primeira escola de jornalismo do país. Mas isso só foi possível em 1947 quando foi fundada a Cásper Líbero. A partir da década de 1960, ocorreu um aumento gradual de faculdades de Comunicação. De acordo com Rocha e Souza (2011), em 1990, somavam mais de 100 cursos superiores em Comunicação, sendo 70 com a habilitação em em Jornalismo. Foi também nas décadas de 1980 e 1990 que foi registrado o aumento de mulheres no mercado de trabalho jornalístico.

Houve um aumento de mulheres nas redações do Brasil no período de 1986 a 2001. Em 1986, as mulheres detinham 6.176 postos de trabalho e, em 2001, elas ocupavam 9.568 empregos, um crescimento de 35,42%. [...] Em números absolutos, foram criados 566 empregos para homens jornalistas e 3.389 para as mulheres. (ROCHA; SOUZA, 2011, p.16)

Os estudos de Mick e Lima (2013) revelaram que os jornalistas brasileiros são uma categoria profissional predominantemente feminina. Mas essa entrada de mulheres no mercado de trabalho jornalístico segundo Souza (2010) não significa um processo de feminização da profissão. A partir de entrevistas com as mulheres jornalistas da cidade de Salvador (BA) e de estudos sobre a feminização da enfermagem e do magistério a pesquisadora concluiu que a grande presença de mulheres na profissão não é o bastante para apontar uma feminização do jornalismo, pois ele não adquiriu status de uma profissão feminina.

Apesar da constatação do crescimento numérico de mulheres na profissão de jornalistas, não acreditamos haver elementos para apostar em uma tendência de feminização da profissão, à semelhança do que aconteceu com o magistério e com a enfermagem. Nossa opinião está baseada nas crenças que as mulheres entrevistadas apresentam sobre a profissão que, como vimos, está muito identificada com qualidades tradicionalmente atribuídas aos homens, salvo na modalidade assessoria de imprensa. A título de comparação, a feminização do magistério, por sua vez, foi precedida de uma identificação da mulher com a atividade docente, através de debates que aproximavam a profissão daquelas atividades historicamente atribuídas às mulheres [...] (SOUZA, 2010, p.12)

Entretanto, a mesma pesquisadora apontou que o status de uma profissão feminina não é a única característica de profissões que passam pelo processo de feminização, a desvalorização salarial, perda de prestígio e precarização também são características dessas profissões. Para chegarmos a uma conclusão sobre esse impasse, precisamos compreender primeiro os estudos sobre a feminização.

3.1. Da feminilização à feminização

A categoria feminização aliada aos estudos de gênero e trabalho é aplicada para refletir sobre as consequências científicas e políticas do grande ingresso de mulheres em determinadas profissões a exemplo do magistério e da enfermagem. A pesquisadora do processo de feminização do magistério Silvia Yannoulas (2011) aponta duas grandes maneiras de entender o fenômeno da feminização. A primeira é por “uma perspectiva fundamentalmente quantitativa, preocupada em descrever e mensurar o fenômeno que denominamos como feminilização, e uma perspectiva fundamentalmente qualitativa, que procura compreender e explicar os processos [...]”. (Yannoulas, 2011, p.273)

Assim como a autora, acreditamos que para analisar esse processo não podemos nos ater a um enfoque meramente quantitativo, pois o aumento da participação feminina no chamado mercado de trabalho não se deu igualmente em todos os setores, se concentrando em algumas categorias ocupacionais específicas e criando diversos nichos em outras. Yannoulas (2011) aponta que há uma histórica segmentação sexual entre as profissões em dois sentidos: horizontal e vertical. A primeira diz respeito ao fato de que poucas profissões e ocupações absorvem trabalhadoras do sexo feminino. A segunda relaciona-se à questão de que poucas mulheres ocupam altos cargos, mesmo nas profissões com ampla participação feminina.

Postulamos que existe uma intensa relação entre o acesso massivo de mulheres em uma determinada profissão ou ocupação (feminilização, contabilidade de pessoas de sexo feminino ou fêmeas) e a progressiva transformação qualitativa da mesma (feminização, caracterização e tipificação de uma ocupação ou profissão). Com o ingresso massivo de mulheres, diminuem as remunerações e o trabalho perde prestígio social. Sob outra perspectiva, quando as profissões se feminilizam, passam a ser entendidas como extensão no espaço público da função privada de reprodução social (função dos cuidados). Assim, ao analisar a mudança na existência objetiva de uma profissão (feminilização), é necessário entender como e por que aconteceu a mudança (feminização de atributos, características descritivas que determinam e regulam o exercício da profissão ou ocupação). (YANNOULAS, 2011, p.284)

Os estudos de Susan Kent Besse (1999), Paula Melani Rocha e Gabriela Clair Kosvoski (2017) apontam que entre 1910 e 1940 o trabalho da mulher era considerado uma fonte suplementar para as famílias. Isso porque o movimento de introdução feminina no mundo do trabalho nesse período se deu pela necessidade econômica do país, sobretudo no setor de prestação de serviços.

A inclusão de mulheres de classe média na força de trabalho favoreceu mais a economia do país do que a autonomia propriamente das mulheres. Nesse momento, apenas um grupo de mulheres conseguiu satisfação e independência com o trabalho assalariado, em contrapartida a economia ganhou uma reserva de mão de obra facilmente explorável. Em parte, as ocupações exercidas por mulheres exigiam qualificações mínimas e não se permitia exercício algum de autoridade. Os interesses e as necessidades da família ainda estavam em primeiro lugar, mesmo para a grande maioria das próprias mulheres, embora trabalhassem. O direito do trabalho era visto como um dever a ser cumprido em benefício da sua família e não de si própria. (ROCHA; KOSVOSKI, 2017, p.266)

Rocha e Kosvoski (2017) relatam que nesse período, a força de trabalho feminina se concentrava principalmente em setores como comércio, magistério, enfermagem e nas ocupações de secretária, auxiliar de escritório, telefonista e contadora. As autoras ainda apontam que profissões consideradas com alguma ligação às artes, entre elas o jornalismo, também aceitavam a participação feminina. Isso porque, em parte, elas poderiam ser conciliadas com o trabalho doméstico e também pelos salários baixos em comparação à média salarial masculina, por isso não eram consideradas profissões ameaçadoras a ordem social da época. Já Renata Gonçalves (2011) situa, com base nos estudos do historiador Eric Hobsbawm, o acesso à educação como impulso para a inserção das mulheres não só no mercado de trabalho como na vida social, cultural e política.

Sem dúvida alguma, as mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XX foram cruciais para as transformações do modo de vida das mulheres. Hobsbawm (1996), em *Era dos extremos*, observa que a maior revolução ocorrida naquele curto século foi a da entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho ao lado da expansão da educação superior – uma porta de acesso a profissões liberais e “um farol de emancipação feminina” nos países desenvolvidos. Para o autor, tratou-se de uma mudança sensacional que afetou tanto a classe operária como a maioria de outros setores das sociedades. Foram anos efervescentes em que, sob o manto do Estado de bem-estar social, sobretudo nos países centrais, as mulheres conquistaram enormes direitos com relação à maternidade, ao trabalho, à saúde, à educação, ao voto, configurando uma importante legislação social e também uma maior inserção na esfera cultural e política. (GONÇALVEZ, 2011, p. 1)

Mas Gonçalves (2011) desconsidera que a força de trabalho especializada passa a ser uma necessidade da indústria nesse período. Assim, o amplo acesso à educação facilita a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho, e conjuntamente amplia a exploração da força de trabalho feminina também sobre as trabalhadoras especializadas. Como dito anteriormente, a inserção de novas tecnologias na indústria altera o perfil da força de trabalho necessária para a manutenção do capital. Com a chegada da informática a indústria deixa de necessitar de uma grande quantidade de trabalhadores, e a primordialidade passa a ser de uma força de trabalho qualificada e intensificada. Nesse sentido, a especialização feminina e sua crescente inserção no jornalismo, segue esse caminho, e não pode ser vista de maneira romantizada apenas como uma conquista das mulheres. As mulheres estão sim presentes na profissão, e em maior número, porém com condições de trabalho e precarização mais acentuadas que o homem.

3.2. A mulher no Jornalismo: condições de trabalho

Os jornalistas, de modo geral, têm sofrido com o processo de precarização, conforme já apontado neste trabalho. Mas, dentro deste contexto, além do que é acometido a toda a categoria, as mulheres sofrem desvantagens na remuneração salarial, jornada de trabalho, na ocupação dos cargos e editorias. A pesquisa de Mick e Lima (2013) sobre o Perfil do Jornalista Brasileiro de 2012 não só trouxe a público dados sobre carga diária de trabalho, faixa salarial, locais e formas de atuação, distribuição demográfica, atuação política e valores profissionais dos jornalistas, como também trouxe dados concretos sobre as contradições de gênero presentes em meio ao trabalho jornalístico. Segundo a pesquisa as mulheres jornalistas recebem menos do que os homens em todas as faixas etárias e de ocupação. Felipe Pontes (2016) reinterpretou os dados da pesquisa com ênfase nas diferenças e similaridades de gênero entre as e os jornalistas. A partir dos dados sobre raça, faixa etária, tempo de trabalho, renda mensal, tipo de atividade desempenhada, precarização e elitização da categoria sob a perspectiva de gênero, ele concluiu que os dados comprovam que as mulheres têm menos chances no jornalismo ou precisam adaptar suas trajetórias a outras demandas sociais, contudo, ‘não explica porque jornalistas que têm a mesma idade, a mesma função, com o mesmo grau de escolaridade, trabalhando em empresas de mesmo porte, da mesma região do país e com a mesma dedicação de tempo de serviço diário recebem menos por ser mulher.’ (PONTES, 2016, p.2)

Rocha e Souza (2011) apontam que a média salarial de uma mulher com curso superior é, em geral, equivalente ao que um homem com segundo grau recebe, mesmo com o investimento feminino na formação acadêmica sendo superior ao masculino. ‘As universidades colocam anualmente jovens no mercado de trabalho, e a maior parte deles é mulher. Entretanto, o aumento de jornalistas formados é desproporcional à oferta de emprego, principalmente no Brasil.’ (ROCHA; SOUZA, 2011, p.17). De acordo com os autores, isso pode indicar que o gênero feminino é também o que mais desiste da profissão, o que ajuda a compreender o motivo da desigualdade salarial entre os gêneros se tornarem ainda maior nas faixas com maior idade. Rocha (2017) aponta que o motivo do afastamento da profissão pode ser tanto à vontade ou necessidade de se dedicar ao cuidado da família como também a sobrecarga da jornada de trabalho própria do jornalismo que ‘inclui feriados e finais de semanas exigindo uma dedicação maior da profissional dentro da empresa e conseqüentemente, um período de ausência da mulher no lar’. (ROCHA, 2007, p. 129)

Santos e Mateos (2016) ao estudarem sobre mulheres no jornalismo pós-industrial observaram que entre as que recebem maior remuneração a maioria tem mais idade e maior tempo de experiência, o que indica que a ascensão na carreira profissional está diretamente relacionada ao tempo que é dedicado à profissão. Para Souza (2010) o desequilíbrio na divisão das responsabilidades familiares somado a rotina exaustiva das jornalistas são influências diretas na baixa presença feminina nos cargos de chefia. Nos meios de comunicação impressos, audiovisuais e digitais, os homens ainda dominam e é baixa a presença feminina nos cargos de produtoras, executivas, chefes de redação, editoras ou diretoras. Ou seja, as mulheres estão em maior número na profissão, mas não ocupam os cargos de chefia. A jornada de trabalho feminina, além de ter um caráter duplo, não é remunerada de maneira igual a masculina. De acordo com Janara Nicoletti e André Thibes (2017), que observaram a jornada de trabalho entre homens e mulheres no período de 2005 a 2015 nos dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), verificou-se que, apesar de receberem menos, as mulheres trabalham mais, com uma carga horária semanal entre 41 e 44 horas.

Há ainda de se apontar a segmentação de mulheres por editorias. Rocha e Souza (2011) apontam que a presença de jornalistas se encontra em maior número em áreas menos prestigiadas ou mais recentes, sendo menor nos setores tradicionais como rádio e jornal impresso. As editorias de tecnologia também não absorvem as trabalhadoras do sexo feminino, a presença das mulheres costuma concentrar-se nos setores extra redação e revistas. (ROCHA; DANCOSKY, 2016) Souza (2010) aponta a existência do mito da “liderança feminina” que legitima a presença da mulher em um lugar de poder no mercado de trabalho associando-a a

estereótipos sexistas, como a sensibilidade e a maior capacidade de ouvir. Essas características tornam a mulher ideal para o papel de assessora de imprensa, uma vez que sua delicadeza resulta em um maior sucesso ao lidar com empresários. O papel do assessor de imprensa passa a ser reconfigurado de um produtor de notícias para alguém que precisa ter “jeito” com os clientes e provoca um rearranjo na área do jornalismo. Haveria assim, de acordo com a autora, uma tendência de que as mulheres jornalistas ocupem os postos de trabalho localizados fora dos meios de comunicação nos setores extra redação (composto por assessorias, produtoras, e ensino superior), mercado esse que estaria mais de acordo com as “qualidades femininas” da meiguice, paciência e jeitinho.

A falta de reconhecimento do trabalho das mulheres no jornalismo também pode ser observada nos prêmios destinados a profissão. O Prêmio Esso de Jornalismo, criado em 1955, é considerado o mais importante do jornalismo brasileiro. O estudo feito pela pesquisadora Marli dos Santos (2014) aponta que nos primeiros anos as premiações eram majoritariamente destinadas ao público masculino. Mais tarde, houve uma evolução da participação da mulher nessa premiação, o que acontece tardiamente visto que o aumento da presença feminina nas redações vem ocorrendo desde os anos 50, como aponta a autora. Das 14 premiações que ocorreram entre 2000 e 2013, 8 foram conquistadas por mulheres o que revela uma grande participação de mulheres produzindo reportagens investigativas como também a qualidade de seu trabalho.

Um dado alarmante, e ao mesmo tempo velado, registrado em algumas pesquisas empíricas é a violência e o assédio sofrido pelas jornalistas. A pesquisa ‘Gênero no Jornalismo Brasileiro’ realizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (2018) (Abraj) e a Gênero e Número (GN) identificou diversos tipos de assédio e violência que as jornalistas enfrentam em suas rotinas de trabalho. Das 477 jornalistas que responderam um questionário online: 86,4% admitiram já ter passado por pelo menos uma situação de discriminação de gênero no trabalho; 83,6% das jornalistas relataram já ter sofrido ao menos uma das oito situações de violência psicológica; 70,4% admitiram já terem recebido cantadas que as deixaram desconfortáveis no exercício da profissão. Houve ainda relatos de mulheres que têm o seu esforço e competência questionados com frequência, sendo tratadas com menos seriedade dentro das redações.

Rocha (2007) salienta que relações como essas de assédio e violência tendem a se agravar ainda mais no interior. Além disso, a autora traz luz sobre a forte exigência de padrões estéticos, sobretudo no telejornalismo que segrega mulheres negras, gordas ou tidas como feias. Como agravante, as mulheres jornalistas que sofrem essas violências frequentemente não têm

a quem recorrer uma vez que há uma ausência de políticas nas empresas voltadas a coibir os casos de assédio e de desrespeito que permeiam as redações jornalísticas. Na pesquisa ‘Gênero no Jornalismo Brasileiro’, por exemplo, 46% das participantes da pesquisa quantitativa afirmaram que suas empresas atuais não possuem canais para receber e responder a denúncias de assédio e discriminação de gênero

Conclusão

Como podemos observar a partir dos estudos apresentados, constituir-se como a maioria da categoria não assegura às mulheres condições de trabalho sequer semelhante à dos homens. Diante disso, existe a dúvida se a grande entrada de mulheres no jornalismo poderia indicar um processo de feminização, ou se trata apenas da feminilização da profissão conforme apontado por Souza (2010). Entretanto, Rocha (2007) nos mostra que o processo de profissionalização do jornalismo não está sedimentado se comparado com carreiras como a medicina e o direito. Portanto, o jornalismo se encontra entre as profissões mais desvalorizadas e que ainda busca autonomia, controle de mercado e produção de saber. Isso vai de encontro aos estudos de feminização das profissões que apontam que, além de uma tendência da concentração feminina nas áreas de humanidades devido à educação das mulheres ser voltada aos cuidados com o outro, elas tendem a se concentrar nas ocupações mais precarizadas. No jornalismo não é diferente. Há sim uma maior implicação do sujeito do sexo feminino na profissão, mas atrelada à precarização e às formas flexíveis do trabalho. Nicoletti e Thibes (2017) reiteram isso:

Diferentes estudos sobre o mundo do trabalho dos jornalistas indicam que existe um processo crescente de feminização das redações e, nas condições observadas nesta análise entende-se que este processo pode sim ser considerado uma forma de precarização das relações de trabalho e também de preconceito por gênero. (NICOLETTI; THIBES, 2017, p. 17)

Isso somado a dupla jornada feminina, a concentração das mulheres jornalistas em alguns nichos editoriais, a dificuldade de ascensão aos cargos de chefia e as situações de assédio vivenciadas no ambiente de trabalho podem, sim, indicar que a grande quantidade de mulheres no jornalismo se trata de um processo de feminização da profissão que acarreta prejuízos não só para a parcela profissional do gênero feminino, mas a categoria como um todo. Contudo, é importante ressaltar que não é a presença feminina por si só que traz esses danos, mas um fundamento social historicamente construído que apresenta a mulher como a uma força de

trabalho inferior a masculina e que se utiliza dessa desqualificação para reduzir o nível salarial de todos os trabalhadores.

O discurso da inferioridade feminina serve a interesses específicos, tornando-o um problema generalizado, que agrava a opressão e exploração do conjunto da classe trabalhadora. A feminização da força de trabalho não foi acompanhada de uma maior igualdade trabalhista ou social, mas de um reforço dos guetos sociais femininos e masculinos. Essa segregação e consequente desigualdade está ligada às transformações ocorridas nas relações humanas desde as primeiras sociedades, e se agrava pelo modo de produção capitalista.

Referências bibliográficas

ABRAJI, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo; GN, Gênero e Número. **Gênero no Jornalismo Brasileiro**. 2018. Disponível em:

<http://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. **Pisos Salariais Atuais**. Disponível em: <<http://fenaj.org.br/sindicatos/convencoes-e-acordos-coletivos/pisos-salariais-atuais/>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

GONÇALVES, Renata. **Precarização do trabalho feminino: aspecto importante da exploração capitalista de classe**. In: Simpósio Nacional de História. São Paulo: Anpuh, 2011.. 1 - 11. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300852496_ARQUIVO_ArtigoRenataGoncalvesANPUH2011.pdf> . Acesso em: 02 fev. 2018.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. **Cadernos de Pesquisa**, Insira Uma Cidade Aqui, v. 37, n. 132, p.595-609, maio 2007. Tradução: Fátima Murad. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf> > Acesso em: 02 mar. 2018.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução**. Revista Eletrônica Aurora, Unesp, n. 6, p.59-62, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/6%20NOGUEIRA,%20Claudia%20Mazzei.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013. 156 p.

ROCHA, Paula Melani. **Mulher Jornalista: Relações Familiares e Profissionais**. Comunicación e Ciudadania, Revista Internacional de Jornalismo Social, n. 1, p.119-134, 2007. Disponível em: < file:///C:/Users/Usuario/Downloads/FEMINIZACAO%20E%20RELACOES%20DE%20GENERO%20NO%20JORNALISMO >. Acesso em: 04 abr. 2018.

ROCHA, Paula Melani; DANCOSKY, Andressa Kikuti. **A feminização do jornalismo e a ausência da perspectiva de gênero nas editorias de tecnologia no Brasil**. Intexto, Porto Alegre, n. 35, p.119-

136, 29 abr. 2016. Faculdade de Biblioteconomia Comunicação. <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201635.119-136>. Disponível em: < file:///C:/Users/Usuario/Downloads/49651-228574-3-PB%20(1).pdf >. Acesso em: 22 jan. 2018.

ROCHA, Paula Melani; KOSVOSKI, Gabriela Clair. **O processo de feminização no jornalismo regional: uma análise sobre a contribuição das jornalistas na Gazeta do Povo**. Mediação, Belo Horizonte, v. 19, n. 24, p.261-286, jun. 2017. Disponível em:<<http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/3959>> Acesso em: 05 abr. 2018.

ROCHA, Paula Melani; SOUSA, Jorge Pedro. **O mercado de trabalho feminino em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil**. Impulso, Piracicaba, v. 21, n. 51, p.7-18. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/740/358>> Acesso em: 14 abr. 2018.

SANTOS, Marli dos. **Revelando a presença feminina no jornalismo investigativo. In: seminário de pesquisa em jornalismo investigativo**. São Paulo: Abraji-associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2014. p. 01 - 11. Disponível em: http://www.abraji.org.br/seminario/PDF/1/marli_dos_santos.pdf Acesso em: 12 abr. 2013.

SANTOS, Marli dos; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. **Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional**. In: encontro anual da compós, 2016, São Bernardo do Campo. São Bernardo do Campo: C&s, 2016. v. 38, p. 35 - 58. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/6932-24252-5-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/6932-24252-5-PB%20(2).pdf) . Acesso em: 12 abr. 2018.

SANTOS, Marli; MATEOS, Jessica de Oliveira Collado. **Mulheres no jornalismo pós-industrial: a relação com as tecnologias digitais e o JGD**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 14, 2016, Palhoça. Palhoça: Sbpjour, 2016. p. 01 - 17. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2016/paper/view/327/148> . Acesso em: 12 abr. 2018.

SOUZA, Ana Fernanda Campos de. **Mulheres e Jornalismo: permanências e tendências da profissão**. In: Enecut- Encontro de Estudos multidisciplinares em Cultura, 2010, Salvador. São Paulo: Enecut- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2011. p. 01 - 15. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24810.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2018.

TOLEDO, Cecília. **Gênero e Classe**. São Paulo: Sunderman, 2017. 256 p. Organizado por Alicia Sagra.

YANNOULAS, Silvia. **Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria**. Temporalis, Brasília, v. 22, n. 11, p.271-292, dez. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/1368-3348-1-PB.pdf> Acesso em: 21 abril 2018.